

Anexo L - CEEE: Emaranhado de problemas (14/4/2013)



O selo Livre Acesso acompanha reportagens resultantes da Lei de Acesso à Informação, de 16 de maio de 2012.

O POSTÔMETRO

Do total de postes que levam a energia até a casa dos consumidores

87%

são de madeira na CEEE.

Isso exige mais manutenção e deixa a rede frágil diante de tempestades.

Uma das metas da empresa é substituí-los por postes de concreto, mais duráveis e resistentes.

Para estimar o desperdício com gastos indevidos, os valores que emergem nos apontamentos do TCE foram comparados ao custo de um poste de concreto, de

R\$ 700.

Em cada um dos aspectos apontados pelo TCE, ZH elaborou um postômetro: quantos postes poderiam ser substituídos caso os recursos tivessem sido aplicados corretamente na atividade fim da estatal. O número virá acompanhado do símbolo abaixo junto de cada um dos temas abordados.

DO TOTAL DE

749.461 POSTES

DA ÁREA DA CEEE-D

657.638

SÃO DE MADEIRA

4 | JANEIRO



EMARANHADO

Documentos do Tribunal de Contas do Estado (TCE) mostram que irregularidades reduziram capacidade da CEEE em investir na melhoria de serviços

NILSON MARIANO

A Companhia Estadual de Energia Elétrica – hoje Grupo CEEE – chega ao 70º aniversário, este ano, debilitada por uma trajetória de falcatruas, esbanjamentos, intromissões políticas e desleixos administrativos. O que mais desfigura a maquiagem da prosecta senhora é um passivo trabalhista de R\$ 407 milhões, fermentado pela privatização parcial de 1997, que corrói o orçamento e compromete a finalidade da empresa: investir na melhoria dos serviços de energia elétrica aos consumidores.

Maior estatal do Rio Grande do Sul, a CEEE foi saqueada por diferentes golpes, em diferentes épocas. Documentos exclusivos obtidos por ZH no Tribunal de Contas do Estado (TCE), com amparo na Lei de Acesso à Informação, revelam que grupos se organizaram para furar no abastecimento de gasolina, simular consertos mecânicos, cobrar horas extras indevidas, exceder-se em plantões de sobreaviso, abusar das diárias de viagens e cometer outros delitos.

Essas irregularidades tiveram um efeito de ratazana no imenso queijo chamado CEEE. Arrancaram pequenos nacos, os quais, somados ao longo dos anos, formam uma montanha de prejuízo. Prosperaram porque sucessivas gestões – especialmente as comandadas por políticos sem preparo técnico, indicados como consolo por alguma derrota nas urnas – não zelaram pelo dinheiro público.

Nenhum dos ataques foi tão nefasto como as ações trabalhistas em massa. A primeira torrente – prolongada até os anos 1990 – foi patrocinada por funcionários que tinham estabilidade no emprego, graças a um acordo sindical permissivo. A outra leva eclodiu em 2006, quando a CEEE foi desmembrada em duas por força de lei federal: CEEE-GT (Geração e Transmissão) e CEEE-D (Distribuição). Hoje, são 9,4 mil ações – o dobro do quadro de servidores.

Quem acaba pagando pela incúria são os

4 milhões de consumidores. No ranking de qualidade da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a empresa amarga o 28º lugar num levantamento com 35 posições. Perde feio para as concorrentes gaúchas AES-Sul (14º) e RGE (11º). É superada por companhias de Estados menores, como Maranhão, Rio Grande do Norte e Tocantins.

PRESIDENTE RECONHECE “CAVEIRAS” NO ARMÁRIO

Os consumidores são diretamente prejudicados por cortes de energia acima da média (maiores duração e frequência) e nas oscilações de tensão. O especialista em reduzir contas de luz Paulo Milano alerta que os baixos investimentos agravam as deficiências. Lembra que o número de usuários cresceu, assim como o consumo das pessoas, cada vez com mais acesso a splits, TVs e refrigeradores.

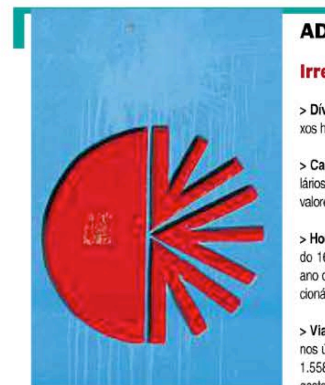
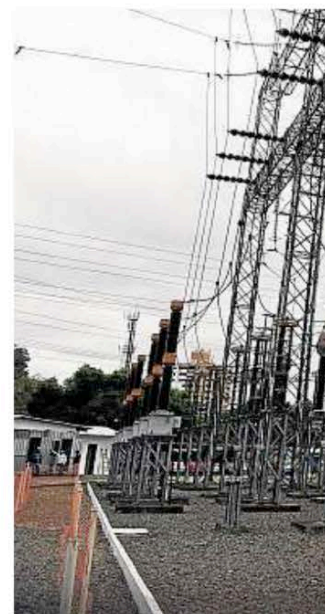
É um circuito de perdas. A empresa também é afetada, porque a Aneel concede recompensas tarifárias a quem investe. Milano compara que a CEEE pode cobrar R\$ 0,27588 por kWh – abaixo dos R\$ 0,32909 permitidos à RGE.

O atual presidente da CEEE, Sérgio Souza Dias, admite a herança de malfeitos. Avisa que a empresa ainda vai operar no vermelho ao menos nos próximos quatro anos, até que R\$ 3,5 bilhões recebidos do governo federal em pagamento de uma dívida depois de 18 anos de disputa (*leia mais na segunda-feira*) revertam em obras. Se der certo, a septuagenária poderá retomar o fôlego.

– A quantidade de caveiras escondidas no armário é bastante grande – reconhece Dias.

Esta reportagem foi baseada em inspeções extraordinárias de auditores do TCE. Os documentos eram reservados antes de vigorar a Lei de Acesso à Informação. Servem para o julgamento final dos conselheiros do tribunal, que nem sempre concordam com as decisões técnicas dos auditores.

nilson.mariano@zerohora.com.br



ADI

Irre

> Divi

xos há

> Cab

lânos i

valores

> Hora

do 16t

ano de

diorári

> Viag

nos úf

1.558

gasto

ZERO HORA



DÍVIDAS SUPERAM VERBA PARA INVESTIR

Há duas décadas que a CEEE está vergada sob o fardo de uma dívida trabalhista que reduz os investimentos na rede elétrica. Em 2011 – último dado disponível –, o peso era de R\$ 407,696 milhões. É mais do que o dobro dos R\$ 164 milhões aplicados em distribuição e transmissão de energia no mesmo período.

O passivo trabalhista já foi maior – em 2005, chegou a R\$ 736 milhões –, mas não cede a um ritmo que permita o saneamento da empresa. No momento, é o dobro do registrado em 1995. São 9.430 ações pendentes – como se cada um dos atuais funcionários tivesse duas reclamatórias. Algumas se arrastam há 20 anos. A situação se agravou com a privatização parcial, em 1997, no governo Antônio Brito. Para tornar mais atrativa a oferta, dois braços da distribuição foram desmembrados e vendidos para os grupos AES e CPFL, mas as pendências ficaram com a parte estatal.

A epidemia de processos trabalhistas atingiu a CEEE sem que o corpo jurídico da empresa reagisse. Em 1999, auditores do Tribunal de Contas do Estado (TCE) apuraram uma média de 180 novas ações por mês – seis por dia. Por desleixo ou má fé, advogados perderam prazos para a defesa.

Foi rumoroso o caso de um diretor financeiro da CEEE, no início da década de 1990, que atuou como advogado de servidores em demandas trabalhistas. O então governador Alecu Collares (PDT) estrilou:

– Entregamos o galinheiro às rãs.
Não foi por falta de alerta que a situação escapou ao controle. Em 2006, o TCE avisou que a dívida trabalhista ultrapassava em 42 vezes o patrimônio líquido. A proporção vem caindo lentamente, como um cancro que não cede a tratamento. O atual presidente da CEEE, Sérgio Souza Dias, diz que a empresa paga, a cada ano, quase R\$ 300 milhões em débitos trabalhistas. Admite que o problema não foi devidamente enfrentado:
– Vem há anos, não se resolvia, não se enfrentava, até porque não havia recursos.

DE PROBLEMAS



MINISTRAÇÃO SEM ENERGIA

Particularidades que lesaram a CEEE nos últimos 20 anos:

Da trabalhista: conta que tem altos e baixos em 20 anos, chega R\$ 407 milhões.

Idade de emprego: funcionário recebeu sanções por 13 anos, segundo o TCE. Em 2007, foi um rombo de R\$ 640 mil.

Horas extras: servidor bateu o recorde cobrando 1,4 horas extras, em janeiro de 2010. Um plantão de sobreaviso de apenas um turno rendeu R\$ 27,6 mil.

Viagens a mil: gastos com viagens dobraram em cinco anos. Em 2012, CEEE bancou bilhetes aéreos – média de 4,2 por dia e chegou a R\$ 6,5 milhões no ano.

Farra da gasolina: um funcionário apresentou a conta de um litro de combustível com preço de R\$ 202. Carros sem registro na CEEE abasteeceram, inclusive um com alerta de roubo no Detran. Abastecimentos suspeitos entre o final de 2006 e o início de 2007: R\$ 134,5 mil.

Mecânica superfaturada: em 2007, surgiram indícios de fraude em consertos de picapes da CEEE em Pelotas. Uma conta suspeita de manutenção de cinco picapes foi de R\$ 12,5 mil.

Salário duplo: com a separação da empresa original em duas, diretores acumularam cargos de forma irregular, segundo análise prévia do TCE, entre 2006 e 2007.

Projeto: Arq. Leoberto Dall'acqua - CAU: R\$ 108.478-01 | Imagens meramente ilustrativas | A navegação que completa o pagamento realizado nas imagens é meramente ilustrativa e apresenta porção do total da referência.

RESIDENCIAL

Mahara

Rua 24 de Outubro, nº 67, Bairro Fátima

Visite o decorado!
Rua Joaquim Caetano, 681
Bairro Fátima - Canoas

48m² área privativa | 02 dorm.

A POUCOS MINUTOS DE POA
OBRAS ENTREGUES NO PRAZO!

www.lottici.com.br 3427.2045 ou 3476.1403

100% FINANCIADO

Lottici
Incorporação e Construção

ONDE FALTA LUZ NA
CEEE



A COMPANHIA

> **Fundação:** em 1º de fevereiro de 1943, pelo Decreto 328, é criada a Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE), então subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas.

> **Funcionários:** 4.594 (em dezembro de 2012).

> **Orçamento:** R\$ 4 bilhões anuais para o Grupo CEEE. A CEEE-D (Distribuidora) fica com R\$ 3 bilhões. Descontados os gastos com manutenção e compra de energia, sobriam R\$ 500 milhões para investimentos. Desse total, porém, R\$ 300 milhões são engolidos por pagamentos destinados só a abater a dívida trabalhista.

ABRANGÊNCIA

> **Geração e transmissão:** produz 18% da energia consumida no Rio Grande do Sul e tem uma rede de 6 mil quilômetros de linhas de transporte de eletricidade em alta voltagem.

> **Distribuição:** 72 municípios da Região Metropolitana, Litoral, Sul e Campanha, o que equivale a 34% do mercado gaúcho.

> **Atendimento na distribuição:** 1,534 milhão de unidades consumidoras, ou 4 milhões de gaúchos, com distribuição 8,3 mil GWh.

> **Rede elétrica:** 72.138 quilômetros de linhas urbanas e rurais.

> **Empresa:** o controle acionário do Grupo CEEE é da CEEE Participações (65,92%), empresa com 99,99% das ações pertencentes ao governo do Estado, com participação minoritária da Eletrobras (32,59%).

SERVIDOR TEVE DOIS CARGOS POR 13 ANOS

Audidores do Tribunal de Contas do Estado (TCE) alertaram, sucessivas vezes a partir de 1996, que Reginaldo Pujol acumulava indevidamente o cargo de advogado da CEEE com o mandato de vereador na Capital, onde ainda atua. Passados 17 anos, o caso ainda não teve desfecho. Os auditores entenderam que Pujol, desde 1995, quando se tornou vereador, não poderia continuar recebendo da empresa. Argumentaram que o acúmulo é vedado pela Constituição e sofre restrições na Lei Orgânica de Porto Alegre.

Eles recomendaram que a companhia resolvesse o impasse e se ressarcisse dos salários pagos a Pujol. Em setembro de 2007, a conta era de R\$ 640 mil. No entanto, a CEEE não cumpriu nenhuma das determinações do tribunal. Diante do que consideraram "inércia administrativa", os auditores reclamaram, em 2008, que a direção da empresa arrastava o assunto de propósito, para conduzir a cobrança à prescrição judicial e, assim, beneficiar Pujol. Por fim, a CEEE repassou a tarefa à Procuradoria-Geral do Estado (PGE), que ajuizou ação para a recuperação dos valores.

O processo está no Tribunal de Justiça, sem previsão de sentença. A atual direção da CEEE informa que Pujol foi demitido da empresa, sem justa causa, em janeiro de 2009. Pujol dá sua versão: assegura que jamais acumulou cargos indevidamente, conseguia compatibilizar o parlamento com a advocacia na CEEE. Lembra que comparecia ao emprego, inclusive levando documentos judiciais para casa nos finais de semana.

Pujol justifica que a própria CEEE, ao desligá-lo sem justa causa, confirmou que não houve inconformidade no acúmulo por 13 anos. — Tenho a consciência tranquila, a Justiça provará que estou certo — diz Pujol.

R\$ 640 MIL
DE SALÁRIOS INDEVIDOS
= **914 POSTES**

TÉCNICO BATEU RECORDE E FEZ 169,4 HORAS EXTRAS NO MÊS

Nenhum funcionário da CEEE deveria fazer mais do que 44 horas extras por mês. Em caso de emergência, quando tempestades derrubam postes e deixam cidades às escuras, permite-se que o limite seja dobrado para 88 horas — mas somente pelo tempo necessário, com justificativa e autorização.

O teto de 88 horas extras mensais seria a última das exceções. É o que prevê a norma NDRH-03.001, de junho de 2006. No entanto, vem sendo desrespeitada nos últimos anos. Auditores do Tribunal de Contas do Estado (TCE) detectaram que o descontrole assumiu proporções de escândalo entre janeiro e setembro de 2010: foram 209 pagamentos de horas extras acima do limite.

Em janeiro de 2010, um técnico em eletrotécnica bateu o recorde da empresa ao registrar 169,4 horas extras — quase quatro vezes a jornada habitual. Ele ainda cobrou mais quatro pagamentos no ano, todos acima do limite. Engrossou o salário com o equivalente a 664,8 horas.

Em janeiro de 2010, quando esse técnico bateu nas 169,4 horas extras, houve um temporal que atingiu São José do Norte, onde 20 casas foram destelhadas por vento de 76 km/h, e São Gabriel, na Fronteira Oeste. Outros municípios, como Porto Alegre, acusaram pequenos danos, mas não ocorreu calamidade de longa duração na área da CEEE.

Esse técnico foi o recordista de janeiro, mas não durante 2010. Foi ultrapassado por um colega da CEEE que acumulou 695 horas extras no

ano. Ele apresentou seis cobranças seguidas, de janeiro a junho. Na média, recebeu 115,8 horas extras a cada mês.

Os excessos verificados em 2010 pelo TCE não foram episódicos. Auditores já alertaram para repetidas infrações. No primeiro semestre de 2007, por exemplo, 34 servidores foram além das 88 horas extras. Isso que a norma recém entrara em vigor.

A falta de controle também ocorreu nos plantões de sobreaviso, quando o servidor pode ser chamado a qualquer momento para urgências. Em 2006, um auxiliar técnico lotado na agência de Mostardas ganhou R\$ 27,6 mil — média de R\$ 2,3 mil por mês — em horas de sobreaviso. O mais grave: auditores descobriram que ele, em vez de estar na área de atuação, participou de cursos em Osório, Tramandaí e Porto Alegre, embolsando pagamentos superpostos.

R\$ 27,6 MIL
EM PLANTÃO DE SOBREAVISO INDEVIDO
= **39 POSTES**

DIRETORES COM DUPLA REMUNERAÇÃO

Não somente uma parcela de funcionários do grupo CEEE se esbaldou na cobrança de horas extras e de plantões de sobreaviso. Auditores do Tribunal de Contas do Estado flagraram diretores da empresa se autoconcederam vantagens indevidas.

Em 2007, por exemplo, o tribunal verificou que o presidente da companhia, Delson Luiz Martini, e mais sete diretores acumularam cargos, com dupla remuneração. Atuavam na CEEE-GT e na CEEE-D, em horários coincidentes. Como não poderiam estar em dois lugares ao mesmo tempo, os auditores apontaram a irregularidade.

CONTRAPONTO

O que diz Delson Martini, presidente da CEEE de 2007 a janeiro de 2008:

Com a nova modelagem do Grupo CEEE, estatutariamente foi definido o acúmulo das diretorias e da presidência para redução de custos. Assim cada diretor recebia e correspondente a uma diretoria, mas seria rateado entre as empresas onde o serviço era remunerado. Não se trata, portanto, de receber dois vencimentos, mas de dividir a remuneração entre as empresas.

CONTRAPONTO

O que diz Sérgio Camps de Moraes, presidente da CEEE no governo Yeda entre agosto de 2008 e janeiro de 2011:

Não posso dizer que não haja algum caso de abuso, pontualmente. É uma questão do diretor do departamento e de se ter processos que permitam controlar os excessos. No entanto, os temporais estão ocorrendo com maior frequência. Como as equipes não são suficientes, recorre-se a horas extras. Não época, sugeri que a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) liberasse maior fatia de recursos, na tarifa, para cobrir essas contingências.



COM BAIXO investimento nos serviços de abastecimento de energia, a CEEE duplicou gastos com viagens ao Exterior

QUATRO BILHETES DE AVIÃO POR DIA

Diretores da CEEE duplicaram as viagens e os gastos com avião, hotel e diárias nos últimos cinco anos.

Em 2012, a empresa bancou 1.558 passagens aéreas – média de 4,2 por dia. O volume saltou em relação a 2008, quando a proporção era quase a metade: 2,3 voos a cada 24 horas.

Documentos obtidos via a Lei de Acesso à Informação evidenciam o aumento nas despesas com viagens na CEEE-GT e na CEEE-D. Em 2012, as diárias consumiram R\$ 6,5 milhões – mais do que o dobro gasto há cinco anos. Na comparação com 2011, foi R\$ 1,8 milhão a mais.

O Exterior está no roteiro. A partir de 2009, incluiu Inglaterra, França, Portugal, China, Uruguai e Argentina. A mais cara de todas ocorreu no ano passado: R\$ 129 mil para Paris. A diária foi de 360 euros (R\$ 970) para hotel e refeições.

A direção da empresa justifica que as viagens a Paris foram necessárias, breves e proveitosas. Entre 24 e 27 de setembro de 2012, foram cinco representantes da CEEE-D: o presidente,

dois diretores, a procuradora da Fazenda Nacional e o secretário estadual de Infraestrutura e Logística. A comitiva trouxe um financiamento de US\$ 87,5 milhões, da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A segunda incursão à capital francesa ocorreu entre 18 e 22 de dezembro, com os mesmos integrantes, desta vez representando a CEEE-GT. Eles voltaram com mais um finan-

ciamento, desta vez de US\$ 59,1 milhões, também via AFD e BID. Os recursos serão investidos nos serviços de energia elétrica.

A atual direção afirma que as diárias são fixadas por portaria do governo gaúcho. Foram reajustadas de 2010 a 2012 em 55% (deslocamentos no Rio Grande do Sul) e de 14% a 18% (outros Estados). Outros fatores teriam influenciado, como o maior número de funcionários e mais fiscalizações externas.

DIÁRIAS DE VIAGEM

Diretores da CEEE dobraram os gastos com diárias de viagens nos últimos cinco anos. Confira:



Passagens aéreas

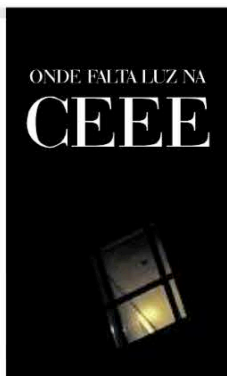
Os gastos com bilhetes de avião duplicaram nos últimos cinco anos:

Ano	Passagens	Valor
2008	866	R\$ 769 mil
2009	1.237	R\$ 787 mil
2010	1.276	R\$ 765 mil
2011	1.092	R\$ 871 mil
2012	1.558	R\$ 1,5 milhão

Rumo ao Exterior

As despesas com viagens internacionais também aumentaram:

Ano	País	Valor
2008	Sem informação	
2009	Londres	R\$ 16,4 mil
2010	Lisboa	R\$ 6,2 mil
2011	Lisboa, Salta, Xangai e Pequim	R\$ 14,1 mil
2012	Paris, Buenos Aires, Mendoza e Montevidéu	R\$ 129 mil
		R\$ 1,9 mil



ONDE FALTA LUZ NA
CEEE



AUDITORES
estranharam
por que a CEEE
entregou a
manutenção
da frota a uma
oficina modesta

SUSPEITAS DE FALSIFICAÇÃO EM CONSERTOS

Os golpes contra a CEEE ao longo dos anos tiveram uma variante na Regional Sul de Pelotas com indícios de fraude no conserto de veículos. O TCE apurou que a empresa foi lesada, em 2007, por serviços mecânicos não realizados, incompletos ou superfaturados. Auditores do tribunal apontaram prejuízo causado pelo dono da oficina Sul Máquinas, Luis Adalberto Cordeiro Martins, "com a conivência de servidor(es) da CEEE-D" – o parêntese que indica o envolvimento de um ou mais funcionários está na página 323 do relatório. Pela avaliação, o setor financeiro da companhia ordenou o pagamento, até setembro de 2007, de R\$ 145 mil em favor da Sul Máquinas.

Amostra desse procedimento ocorreu entre 26 de junho e 6 de julho de 2007, no conserto de cinco picapes da CEEE, ao custo de R\$ 12 mil. Para dar aparência de legalidade, foram apresentados orçamentos da Sul Máquinas e de duas concessionárias de marcas estrangeiras, ambas de Pelotas. No entanto, os documentos das supostas concorrentes eram falsos.

Os auditores do TCE ouviram os representantes das duas empresas e apuraram que eles foram vítimas de furto de carimbos e documentos, além da falsificação de assinaturas e apropriação dos nomes. O que disse o gerente de uma delas, cuja identidade é preservada:

"Não foi fornecido por nossa empresa nenhum orçamento para reparo de veículos da Chevrolet S-10 de uso da CEEE".

O proprietário da outra empresa também ficou surpreso. Informou que atua apenas com a revenda de peças e acessórios, sem prestar mão de obra a clientes. O que ele declarou aos auditores:

"Salientamos que não é do nosso conhecimento e não reconhecemos a autoria dos orçamentos que estão sendo utilizados em nosso nome".

S-10 QUE ESTARIA NA OFICINA RODAVA NORMALMENTE

A irregularidade foi esmiuçada. Ao examinar cadernetas com histórico dos cinco veículos a cargo da Sul Máquinas entre 26 de junho e 6 de julho de 2007, auditores notaram que a S-10 de placas IMF-0902 nem passou pela oficina. No período indicado, rodava pela região Sul do Estado, que abrange Santa Vitória do Palmar (a 240 quilômetros de Pelotas), transportando técnicos em serviço. O mesmo ocorreu com a picape IMF-2156, cujo reparo inexistente atingiu R\$ 2,9 mil. A mecânica de Cordeiro Martins foi contratada sem licitação – ao arrepio do que determina a legislação federal quando a despesa ultrapassa R\$ 16 mil. Os auditores estranharam por que a CEEE entregou a manutenção da frota da Regional Sul de Pelotas aos cuidados de uma oficina modesta.

SERVIDOR NÃO FOI RESPONSABILIZADO

Sindicância aberta pela CEEE, em janeiro de 2008, constatou que um dos funcionários da Regional Sul de Pelotas envolveu-se no "conserto" das picapes com a Sul Máquinas. No entanto, o servidor não foi punido. Aparentemente, ao saber que seria demitido por justa causa.

Diretores da CEEE na época não conseguiram responsabilizar o empregado suspeito de furto, nem trataram de recuperar os pagamentos indevidos à oficina. Durante a elaboração desta reportagem, ao tomar conhecimento do assunto, a atual direção informou que ingressará com ação judicial para tentar reaver o prejuízo indicado pelo TCE: R\$ 12.357,17, mais juro e correções.

ZH foi a Pelotas conferir se houve desdobramentos do caso. O então gerente de uma das concessionárias envolvidas pela Sul Máquinas registrou queixa na Polícia Civil, em 14 de setembro de 2007, por apropriação indevida (furto de carimbo e de papéis com logotípia) e falsificação (assinatura forjada). Sob número 5.460, o boletim policial não teve andamento. No entanto, voltou a ser analisado agora pela 1ª Delegacia de Polícia Civil.

O proprietário da Sul Máquinas, Luis Adalberto Cordeiro Martins, negou ter cometido irregularidades. Ao contrário, sustentou que levou calote da CEEE, em torno de R\$ 8,5 mil.

– Pensei em entrar na Justiça para recuperar o prejuízo, mas desisti – disse Martins, lembrando que a CEEE suspendeu pagamentos restantes quando houve troca na direção da companhia.

SEGUNDA EM ZH
Leia mais sobre os
desafios para o
futuro da CEEE

R\$ 12.357,17

EM MANUTENÇÃO
SUSPEITA DE
CAMINHONETES
= **17 POSTES**



CONTRAPONTO

O que diz Edison Zart, presidente da CEEE entre abril de 2006 e fevereiro de 2007:

Se um grupo resolve agir com dolo, formar uma quadrilha, fica difícil neutralizar. O presidente não sabe quantos litros de gasolina são consumidos. Preocupa-se com as questões macro, como novas usinas, geração eólica, financiamentos e outras. Não estou me eximindo das responsabilidades, mas soube apenas depois. Trabalhava para que isso não acontecesse, mas o grau de complexidade da empresa dificultou.

UM LITRO DE GASOLINA CUSTOU R\$ 202

Um motorista da CEEE contrariou a física e a matemática ao abastecer o tanque de gasolina do Celta com 106 litros de gasolina – 59 litros além da capacidade – e apresentar uma nota de R\$ 274,54.

Outro colega dele foi além: colocou apenas um litro e cobrou R\$ 202. Um terceiro pôs somente 0,06 mililitros, mas a conta foi de R\$ 48.

Auditores do TCE descobriram que o descontrole no abastecimento de combustível da frota da CEEE atingiu o auge durante 2006 e início de 2007. A farra da gasolina foi tamanha que carros de fora da empresa encheram o tanque. E motoristas não autorizados tiveram acesso às bombas repetidas vezes.

Na segunda quinzena de novembro de 2006, a CEEE gastou R\$ 220 mil com abastecimento, lubrificação e troca de óleo. Do total, pelo menos

R\$ 2.040 foram destinados a veículos sem registro na companhia. Em uma das notas, o valor foi de R\$ 779,71. Os auditores revelam que pelo menos 10 motoristas abasteceram irregularmente, pois não constavam da relação de credenciados pela CEEE. Eles agiram mais

R\$ 134,5 MIL
DE ABASTECIMENTO
SUPERFATURADO



= **192 POSTES**

de uma vez, sem que fossem interpelados por chefias da área. Chegaram a encher o tanque de um carro fichado como roubado ou furtado no Departamento Estadual de Trânsito (Detran), o de placas IKS-0261.

O TCE também encontrou dificuldades para saber o número de veículos abastecidos em determinados períodos. Por exemplo: entre 21 de dezembro de 2006 e 4 de janeiro de 2007, a CEEE gastou R\$ 134,5 mil em combustível – R\$ 8,9 mil por dia. No entanto, não informou o total de carros nem os nomes dos motoristas.

A própria CEEE parecia não conhecer a frota. Em abril de 2007, ao responder a questionamento do TCE, informou que dispunha de 993 veículos, entre próprios e locados. Ao examinar documentos, auditores encontraram 1.060.

Diagramação: Diego Borges e Bruna Bulegon